

EDUCAÇÃO POPULAR E A RUPTURA DA EXCLUSÃO SIMBÓLICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CURSINHO HELLEY BATISTA NO MASP

POPULAR EDUCATION AND BREAKING SYMBOLIC EXCLUSION: AN ACCOUNT OF THE HELLEY BATISTA PREP COURSE EXPERIENCE AT MASP

Dênis Paiva¹

Gabriel Gomes²

Giovane Balbino³

Mayra Silva Rocha⁴

Resumo: O acesso ao ensino superior no Brasil é perpassado por assimetrias estruturais, nas quais a vulnerabilidade econômica e a exclusão simbólica operam como barreiras à permanência de estudantes das classes populares. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar o letramento emancipatório e a ruptura dessa exclusão por meio de um relato de experiência do Cursinho Popular Helley Batista, vinculado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Campanha). O estudo investiga especificamente como a ocupação do Museu de Arte de São Paulo (MASP) funcionou como uma ferramenta pedagógica de intervenção educacional para a apropriação de capital cultural. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso integrado a um relato de experiência. O trabalho articula revisão bibliográfica interdisciplinar com a análise de dados empíricos coletados via questionário com 20 estudantes participantes da visita técnica. Os resultados revelam a cartografia da exclusão, visto que 19 dos 20 alunos visitaram um centro museológico de grande porte pela primeira vez. Contudo, a mediação

1 Universidade do Estado de Minas Gerais

2 Universidade do Estado de Minas Gerais

3 Universidade do Estado de Minas Gerais

4 Universidade do Estado de Minas Gerais

cultural proporcionou alta acessibilidade, identificação identitária e superação do não pertencimento. Conclui-se que descolonizar espaços hegemônicos e aliar educação popular à museologia social fortalece a segurança emocional, amplia o repertório para os vestibulares e atua como uma política efetiva de permanência estudantil.

Palavras-chave: Educação Popular; Exclusão Simbólica; Museologia Social; Cursinhos Populares; Permanência Estudantil.

Abstract: Access to higher education in Brazil is permeated by structural asymmetries, in which economic vulnerability and symbolic exclusion act as barriers to the retention of students from the working classes. Given this scenario, this article aims to analyze emancipatory literacy and the rupture of this exclusion through an experience report from the Helley Batista Popular Preparatory Course, linked to the State University of Minas Gerais (UEMG - Campanha). The study specifically investigates how occupying the São Paulo Museum of Art (MASP) functioned as a pedagogical intervention tool for the appropriation of cultural capital. The methodology adopts a qualitative approach, characterized as a case study integrated with an experience report. The work articulates an interdisciplinary bibliographic review with the analysis of empirical data collected via a questionnaire with 20 students who participated in the field trip. The results reveal the cartography of exclusion, given that 19 out of the 20 students visited a large museum center for the first time. However, cultural mediation provided high accessibility, identity representation, and the overcoming of non-belonging. It is concluded that decolonizing hegemonic spaces and allying popular education with social museology strengthens emotional security, expands the repertoire for university entrance exams, and acts as an effective student retention policy.

Keywords: Popular Education; Symbolic Exclusion; Social Museology; Community Preparatory Courses; Student Retention.

Introdução

O acesso ao ensino superior no Brasil é marcado por assimetrias estruturais que marginalizam historicamente as classes populares. Embora os cursinhos comunitários surjam como esferas de resistência e democratização, a simples inserção de jovens periféricos nesses ambientes não assegura a sua permanência estudantil. Fatores agudos, como a vulnerabilidade econômica e a violência da exclusão simbólica, atuam como barreiras invisíveis que dificultam a continuidade da trajetória acadêmica rumo à universidade.

Nesse complexo cenário, a evasão escolar não deve ser lida como uma falha ou falta de interesse individual, mas como a manifestação de limites estruturais e pedagógicos que expulsam o aluno. O esgotamento físico da dupla jornada e o sentimento de não pertencimento exigem que os projetos educacionais adotem práticas acolhedoras. Torna-se imperativo, portanto, ir além da preparação técnica, garantindo a apropriação do capital cultural historicamente sonegado a essa parcela da população.

Frente a essa problemática, o presente artigo tem como objetivo analisar o letramento emancipatório e a ruptura da exclusão simbólica a partir do relato de experiência do Cursinho Popular Helley Batista, vinculado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Campanha). O estudo investiga como a ocupação do Museu de Arte de São Paulo (MASP) funcionou como uma ferramenta pedagógica de intervenção educacional. Busca-se demonstrar que descolonizar esses espaços hegemônicos fortalece o pertencimento e a permanência de estudantes subalternizados.

Para alcançar tais objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como um relato de experiência integrado a um estudo de caso. Do ponto de vista metodológico, o trabalho articula uma revisão bibliográfica interdisciplinar com a análise empírica de dados primários, coletados por meio de um questionário estruturado aplicado a 20 estudantes participantes da visita técnica. A interpretação dos resultados pauta-se nos pilares da educação popular freireana e nas

diretrizes da museologia social contemporânea.

Cursinhos Populares: Movimentos de Resistência e Democratização do Acesso

A dicotomia educacional e o acesso ao ensino superior como privilégio

O acesso ao ensino superior no Brasil é caracterizado historicamente por profundas desigualdades sociais, econômicas e educacionais. A educação básica nacional foi forjada a partir de um modelo unicultural e de uma cultura elitista, concebida para não ser universalmente acessível e que negligencia as diversas realidades regionais do país.

Essa dicotomia estrutural destinou, ao longo das décadas, as camadas mais pobres da população a um ensino de caráter estritamente técnico e profissionalizante, focado em adequar esses sujeitos ao mercado de produção. Em contrapartida, as elites sempre usufruíram de um acesso facilitado e naturalizado ao Ensino Superior, estabelecendo um sistema educacional que reflete e reproduz ativamente a divisão de classes no Brasil (Van Zanten, 2009).

Especialmente a partir da década de 1990, observou-se uma intensa expansão das instituições de ensino privado voltadas para as classes dominantes, ancoradas não apenas na promessa de qualidade pedagógica, mas fundamentalmente na distinção social e na segregação do convívio com outros estratos socioeconômicos. Consequentemente, a educação pública foi progressivamente marginalizada e precarizada.

Esse cenário ilustra o que Arroyo (2015) denomina de monopólio do "poder-saber", uma dinâmica que perpetua a visão negativa e a subalternidade dos grupos historicamente oprimidos, negando-lhes o reconhecimento positivo como sujeitos de direito. A educação de excelência deixa de ser garantida como um direito coletivo e passa a operar como um mecanismo de manutenção de poder, definindo previamente quem possui a permissão e o capital cultural para avançar nos diferentes níveis educacionais (Whitaker, 2013).

É nesse contexto de extrema disparidade que o exame vestibular se consolida não como

um instrumento neutro de avaliação de mérito, mas como uma engrenagem que agrava a exclusão. Os candidatos com melhores condições financeiras dispõem de uma preparação mais sólida para enfrentar os desafios impostos pelos processos seletivos (Whitaker, 2013). Para atender a essa demanda e cancelar essas vantagens, consolidou-se no país a figura dos cursinhos pré-vestibulares privados, estabelecimentos lucrativos que acentuam ainda mais a desigualdade de acesso.

Ao direcionarem seu foco metodológico estritamente para a reprodução de conteúdos e para o treinamento mecânico de estratégias de prova, essas instituições privadas tornam-se praticamente indispensáveis para a aprovação nas concorridas universidades públicas (Whitaker, 2010). Converte-se, assim, a disputa por vagas em uma corrida desigual entre estudantes da elite, municiados por cursinhos de alto custo, e jovens advindos da rede pública, que acumulam lacunas de aprendizagem. O acesso ao ensino superior público transforma-se, portanto, em um privilégio de classe, exigindo a emergência de movimentos de resistência da sociedade civil capazes de tencionar essa hegemonia excludente.

Trajetória dos cursinhos populares: das paróquias à extensão universitária

Para contrapor o cenário de exclusão educacional e elitização do acesso, a sociedade civil passou a organizar as primeiras iniciativas não oficiais de cursinhos populares por volta da década de 1950 (Whitaker, 2010). Sediados inicialmente em espaços comunitários e salões paroquiais, esses projetos contavam com moradores voluntários dedicados a instruir e preparar jovens desfavorecidos para os exames admissionais (Freire, 1987).

Durante o regime da Ditadura Militar, o caráter mobilizador dessas atividades foi lido como ameaça. As iniciativas sofreram forte repressão, sendo perseguidas e temporariamente dissolvidas sob a acusação de promoverem ideologias subversivas. O cenário mudou com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, quando o movimento ganhou fôlego inédito e se estruturou socialmente (Nascimento, 2012; Sader, 2001).

O ressurgimento dos cursinhos populares na década de 1990 contou com a articulação de atores sociais decisivos. O Movimento Estudantil, o Movimento Negro Unificado e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), amparadas pela Teologia da Libertação, utilizaram esses espaços para denunciar as exclusões classistas e étnicas (Castro, 2020). Os cursinhos converteram-se, assim, em pontos estratégicos de convergência para a democratização do espaço acadêmico.

Com o amadurecimento e a expansão dessas práticas de resistência, muitas iniciativas deixaram a informalidade comunitária para serem institucionalizadas como projetos de extensão universitária (Arroyo, 2005). Essa transição foi um marco, pois permitiu o acesso a recursos acadêmicos qualificados, como bibliotecas e materiais didáticos, além de atrair estudantes de graduação para a docência voluntária.

Por fim, a atuação extensionista transformou os cursinhos em vetores de pressão e formulação de Ações Afirmativas. Eles deixaram de ser apenas mecanismos compensatórios para atuar como denúncia contínua da omissão estatal. O reconhecimento dessa força pode ser visto em políticas integradoras contemporâneas, a exemplo da Rede CPOP, que atua financiando e articulando esses projetos nacionalmente para sustentar a permanência estudantil.

Educação Popular e Pedagogia Crítica: muito além do vestibular

O projeto pedagógico dos cursinhos comunitários distancia-se radicalmente da perspectiva conteudista que orienta as instituições preparatórias tradicionais. Fundamentada nos princípios de Paulo Freire (1987; 1996), essa vertente opõe-se fortemente à "educação bancária", que trata o aluno como mero receptáculo passivo de informações. Em contrapartida, a educação popular concebe a aprendizagem como uma prática emancipatória e dialógica, focada na construção da consciência crítica dos sujeitos marginalizados.

Para que esse processo educativo seja genuinamente transformador, ele deve obrigatoriamente partir do universo cultural e das experiências de vida dos educandos. Conforme postula Brandão

(2002), é imprescindível valorizar os saberes prévios e a identidade das classes populares para conferir sentido prático ao letramento. O cursinho ultrapassa, assim, a simples função de reforço escolar para se instituir como um ambiente de resistência comunitária, capaz de reconstruir a autoestima e ampliar horizontes.

Esse fortalecimento subjetivo e identitário torna-se a principal ferramenta para o enfrentamento de uma barreira silenciosa, porém implacável: a exclusão simbólica. Giroux (1997) evidencia que as instituições formais reproduzem mecanismos sutis de afastamento ao ignorarem e deslegitimarem a realidade sociocultural dos estudantes periféricos. Como consequência, jovens de baixa renda frequentemente internalizam a crença de que os espaços acadêmicos e os bens culturais hegemônicos não lhes pertencem.

Portanto, a atuação da pedagogia crítica em cursinhos populares disputa muito mais do que a aprovação mecânica em processos seletivos. Trata-se de uma luta estrutural pelo reconhecimento, pela dignidade e pela garantia de permanência estudantil diante da hostilidade dos processos de elitização. Ao promover o letramento político e o acolhimento, essas iniciativas garantem que o educando se reconheça como sujeito de direito e ocupe espaços até então negados.

O Cursinho Popular Helley Batista - UEMG Campanha

O Cursinho Popular Helley Batista: Extensão universitária e inclusão regional

Situado como uma ferramenta estratégica de enfrentamento das desigualdades regionais, o Cursinho Popular Helley Batista consolidou-se em 2022 como um projeto de extensão no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na unidade acadêmica de Campanha. Sua propositura reflete o amadurecimento histórico dos movimentos de resistência abordados na seção anterior, onde a luta pelo acesso à universidade demanda a institucionalização das práticas de base.

Sustentado financeiramente pelo Programa de Apoio à Extensão (PAEX), o projeto oferta anualmente cerca de 30 vagas gratuitas direcionadas prioritariamente a jovens e adultos de escolas

públicas e com acentuado recorte de vulnerabilidade econômica. Para garantir a sustentabilidade do projeto e sua continuidade regular de maio a dezembro, a iniciativa mobiliza uma estrutura heterogênea e engajada.

O corpo docente é formado por bolsistas, graduandos, professores da rede básica, voluntários externos à universidade e uma coordenação alinhada à pedagogia social. Esse agenciamento de recursos humanos diversificados evidencia como a consolidação de projetos extensionistas depende fortemente de organização e gestão operacional contínua. É a estruturação metodológica nos bastidores que assegura a regularidade das atividades, viabilizando o cursinho como um polo perene de inclusão educacional frente à precarização sistêmica da escola pública.

Ao ultrapassar o assistencialismo, o Cursinho Helley Batista atua como uma política pública localizada que visa, além da preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a diminuição de déficits educacionais acumulados. Dessa forma, o projeto concretiza a teoria da ação afirmativa em nível local, convertendo a extensão universitária em uma ponte de acesso material para sujeitos sistematicamente distanciados do ensino superior hegemônico.

O perfil socioeconômico: O desafio do estudante-trabalhador no Sul de Minas

O perfil sociocultural dos estudantes atendidos pelo Cursinho Helley Batista reflete as profundas assimetrias educacionais do país, onde a imensa maioria dos alunos provém do ensino público. Os dados levantados apontam para jovens inseridos em famílias numerosas, cujos pais possuem baixa escolaridade e que residem, frequentemente, em moradias alugadas. Esse panorama inicial já impõe barreiras materiais significativas, exigindo do projeto uma sensibilidade pedagógica capaz de compreender as urgências financeiras que disputam espaço com a rotina acadêmica dos educandos.

A característica mais marcante e desafiadora desse alunado é a dupla jornada, consolidando a figura estrutural do estudante-trabalhador. Grande parte dos matriculados no projeto concilia

as exigências do cursinho com ocupações laborais precarizadas, atuando como ajudantes gerais, serventes ou operários da indústria local. Essa necessidade compulsória de garantir o sustento reduz drasticamente o tempo hábil para os estudos extraclasse, gerando um esgotamento físico e mental que compromete de forma direta a frequência e o engajamento nas aulas.

Essa realidade empírica materializa as reflexões teóricas de Arroyo (2017) e Patto (1999), evidenciando que o abandono escolar nesses espaços não resulta de desinteresse ou fracasso individual. A evasão configura-se, na verdade, como uma "expulsão silenciosa", orquestrada pelas pressões socioeconômicas e pela exaustão imposta pela estrutura de classes. Portanto, para garantir a permanência, o cursinho precisa transcender a mera entrega de conteúdos, acolhendo as limitações impostas pela rotina de trabalho desses jovens.

Autogestão e os "Encontros Críticos" como pedagogia do cuidado

Diante da realidade extenuante vivenciada pelo estudante-trabalhador, o Cursinho Helley Batista estruturou um modelo de gestão democrática e participativa como estratégia de permanência. O projeto opera por meio de núcleos de atuação fundamentados na autogestão coletiva, promovendo um ambiente de diálogos múltiplos que rompe com as hierarquias escolares tradicionais. Essa organização metodológica fomenta a autonomia dos sujeitos e consolida o sentimento de pertencimento comunitário frente às hostilidades do processo seletivo.

O principal pilar prático dessa diretriz é a inclusão de um componente curricular específico e permanente denominado "encontro crítico". Neste espaço intencionalmente planejado, o currículo oculto ganha protagonismo e as vivências socioculturais dos alunos são mobilizadas para fundamentar debates estruturais. Ao se afastar da transmissão passiva de fórmulas, o encontro crítico desenvolve o letramento político, a segurança emocional e a assertividade para escolhas futuras, encorajando o posicionamento crítico.

Essa dinâmica materializa a chamada pedagogia do cuidado, essencial para a manutenção

de vínculos em contextos de profunda desigualdade. Estabelecendo uma relação dialógica baseada na escuta ativa e no reconhecimento mútuo, o cursinho converte-se em uma rede de suporte emocional contra a sensação de incapacidade acumulada na educação básica. A valorização das narrativas periféricas nos encontros críticos atua diretamente na redução da evasão, instrumentalizando os jovens para o enfrentamento da exclusão.

Visita Técnica e Educação: A Ocupação de Espaços e a Ruptura da Exclusão Simbólica

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) destaca-se nacionalmente como um epicentro da arte hegemônica. Localizado no coração econômico do país, o espaço carrega contradições latentes para o público periférico. Os museus estão longe de serem entidades neutras; eles configuram-se como espaços eminentemente políticos, estruturados por enfrentamentos, incômodos e complexas relações de poder (MORAES, 2009). Para as classes populares, essa grandiosidade atua frequentemente como um muro invisível de exclusão simbólica.

O espaço museológico e o capital cultural negado

Historicamente, as noções de patrimônio no Brasil referendaram discursos oficiais e operaram a serviço do poder estatal. Tais dinâmicas institucionais determinam ativamente o que deve ser selecionado para ser lembrado e o que deve ser fadado ao esquecimento estrutural (CHUVA, 2012; ROSSI, 2010). O patrimônio, a memória e a museologia são construções sociais repletas de tensões, onde se disputa cotidianamente quem tem o direito de narrar a história e de ocupar os espaços de prestígio.

Quando isolado em uma perspectiva estritamente conservadora, o museu tradicional afasta a população marginalizada. Instituições que se fecham em verdadeiras "torres de marfim", desvinculadas das urgências e das dinâmicas dos territórios populares, falham em sua função educacional e alienam

o público de baixa renda. Esses jovens não encontram representatividade em narrativas monumentais ou eurocentradas, o que reforça o sentimento de inadequação e o distanciamento das esferas de cultura letrada.

Essa exclusão atua de forma perversa na manutenção das desigualdades que estruturam o ensino superior. O patrimônio cultural só adquire sentido vivo através da afetividade, e sua negação sistemática impede a constituição de redes de pertencimento sólidas na juventude trabalhadora. Ao serem alijados do capital cultural historicamente valorizado pelas provas de vestibular, os estudantes de cursinhos comunitários entram na disputa por vagas em profunda desvantagem material e simbólica.

A museologia social e a descolonização do pensamento

Diante das crises estruturais do acesso à educação e à cultura, a adoção de uma museologia crítica torna-se uma ferramenta vital de intervenção acadêmica e social (NAVARRO; TSAGARAKI, 2010). É preciso descolonizar o pensamento museológico, reintegrando a materialidade dos acervos a uma leitura plural que denuncie o eurocentrismo. A museologia social propõe exatamente essa subversão, exigindo que as instituições assumam um compromisso inegociável com os direitos humanos, com a cidadania e com a diversidade.

Nessa perspectiva decolonial, o patrimônio cultural deixa de ser validado apenas pela sua materialidade estática e passa a ser compreendido pelos vínculos identitários e afetos que desperta. Museus não devem ser vistos como meros depositários inanimados de um passado distante, mas como espaços vivos de lutas e de resistência no presente. Como preconizam as diretrizes dessa nova museologia, a instituição deve servir à vida; caso contrário, sua existência perde o propósito transformador.

Essa abordagem exige que o conhecimento seja construído na coletividade e na alteridade, dando voz e agência aos grupos historicamente silenciados pela educação formal. A articulação entre cursinhos populares e instituições culturais consagradas materializa essa urgência metodológica,

transformando a teoria social em prática. A apropriação desses espaços passa a atuar como uma trincheira ativa para a desconstrução de hierarquias culturais e para o fortalecimento da classe trabalhadora.

A visita técnica como letramento emancipatório e de subjetividade

Para combater o alijamento cultural diagnosticado, a visita técnica ao MASP orquestrada pelo Cursinho Helley Batista atua diretamente no eixo da educação não formal. Valendo-se dos preceitos da pedagogia social para promover um letramento emancipatório, a ação educativa ultrapassa as delimitações físicas do ensino escolar (GOHN, 2019). A experiência transcende a ideia de mero lazer extraclasse, convertendo a apropriação simbólica do museu em um ato político que tensiona as fronteiras sociais.

A mediação cultural desenvolvida pelo projeto extensionista favorece uma aprendizagem eminentemente ativa, analisada sob a ótica da subjetividade histórico-cultural. Nesse processo contínuo, os alunos dialogam e ressignificam o acervo e o espaço a partir de suas próprias narrativas e trajetórias de vida periféricas (MCMANUS; MARANDINO, 2003). A visita técnica funciona, na prática, como um desdobramento dinâmico dos "encontros críticos", onde a teoria debatida na sala de aula ganha contornos reais de pertencimento cidadão.

Ao assumir esse compromisso ético com a vida e com a alteridade, o projeto do cursinho recupera a potência poética e política do museu a favor da população marginalizada. O estudante-trabalhador abandona a posição de espectador excluído para se afirmar, de forma plena, como sujeito de direito e agente cultural no espaço hegemônico. Essa ocupação prática rompe a exclusão simbólica e consolida a bagagem de mundo necessária para enfrentar os exames vestibulares com autonomia e inteligência emocional.

Resultados e Discussões: A Materialidade do Letramento Cultural e a Ocupação de Espaços Hegemônicos

A análise dos dados coletados revela que a teoria sociológica da exclusão não é uma abstração acadêmica, mas uma vivência cotidiana e dolorosa para a juventude trabalhadora. O levantamento empírico, realizado por meio de um questionário estruturado aplicado a 20 estudantes do Cursinho Popular Helley Batista após a visita técnica a espaços culturais em São Paulo, oferece um diagnóstico profundo sobre a segregação simbólica e, simultaneamente, sobre a potência emancipatória da educação popular.

Ao destrinchar essas respostas, é possível observar como a privação do capital cultural opera na base da sociedade e como a ocupação de um museu de excelência subverte a lógica da reprodução das desigualdades, convertendo o distanciamento histórico em pertencimento e repertório crítico.

O ineditismo da experiência museológica e a cartografia da exclusão

O primeiro dado que salta aos olhos no levantamento diz respeito à virgindade museológica da quase totalidade da amostra. Questionados se já haviam visitado algum dos espaços culturais de grande porte mencionados (como MASP, Itaú Cultural e FIESP), 19 dos 20 estudantes afirmaram categoricamente que "não, foi a primeira vez". Apenas um único respondente sinalizou já conhecer "apenas um deles". Esse ineditismo quase absoluto é o sintoma mais claro da cartografia da exclusão que impera no Brasil, onde as fronteiras geográficas e simbólicas impedem que a classe trabalhadora acesse os bens culturais produzidos e financiados pela própria sociedade.

Essa segregação é reforçada pela frequência com que esses jovens consomem cultura formal. Quando questionados sobre a assiduidade na participação em atividades culturais (museus, exposições, cinema, teatro), 14 alunos responderam "raramente" e 3 assinalaram "nunca". Somente dois indicaram "às vezes" e um único aluno afirmou participar "frequentemente".

Esses números materializam a tese de que a escola tradicional cobra um capital cultural que ela mesma não fornece, penalizando o aluno periférico. O distanciamento das esferas de cultura letrada não decorre de uma escolha ou desinteresse do jovem, mas de uma barreira estrutural que lhe subtrai o direito à cidade e ao usufruto do patrimônio histórico.

Acessibilidade simbólica e o impacto estético da apropriação

Uma das premissas da exclusão simbólica é o medo reverencial que as instituições hegemônicas provocam nas classes populares. Contudo, os dados provam que, quando há mediação adequada e acolhimento pedagógico, esse muro invisível desmorona rapidamente. Ao avaliarem a experiência geral nas exposições visitadas, 17 estudantes classificaram a vivência como "excelente", enquanto os outros 3 a consideraram "boa". Não houve nenhuma avaliação regular ou ruim, o que atesta o sucesso da transposição metodológica dos "encontros críticos" para o ambiente de educação não formal.

Esse acolhimento reflete-se diretamente na percepção de acessibilidade. Questionados sobre como avaliavam a acessibilidade dos espaços (abrangendo atendimento, ambiente e compreensão das obras), 15 alunos responderam que os locais eram "muito acessíveis", e 5 consideraram "acessível em parte". Nenhum estudante classificou a experiência como "pouco acessível" ou "difícil de entender e acompanhar".

Esse dado é vital para a museologia social: a acessibilidade, aqui, transcende a arquitetura física e adentra a dimensão cognitiva e afetiva. O papel do cursinho como mediador garantiu que os estudantes não se sentissem como intrusos, mas como sujeitos aptos a decodificar e fruir a arte hegemônica com naturalidade e senso de pertencimento.

Representatividade e a decolonização do olhar no MASP

O Museu de Arte de São Paulo (MASP) consolidou-se como o território de maior impacto subjetivo para os educandos. Quando indagados sobre qual das exposições mais os impactou pessoalmente, o MASP liderou de forma isolada, seguido por menções à FIESP e ao Itaú Cultural. A imponência arquitetônica do MASP, fincado na Avenida Paulista, o coração do poder financeiro nacional, carrega um simbolismo de autoridade que, historicamente, afugenta o jovem periférico. O fato de ter sido o espaço de maior impacto positivo comprova que a visita técnica operou uma verdadeira descolonização do olhar.

Essa ressignificação do espaço museológico fica evidente na questão do reconhecimento identitário. Indagados se sentiram-se representados ou identificados com algum conteúdo das exposições, a esmagadora maioria respondeu positivamente, variando entre "sim, em muitos momentos" e "em alguns pontos". A constatação de que o estudante-trabalhador consegue enxergar frações de sua própria realidade, de sua ancestralidade ou de suas lutas nas paredes de um museu elitizado é o ápice do letramento emancipatório. A arte deixa de ser um ornamento da classe dominante para se tornar um espelho reflexivo, validando a premissa de que o museu vivo é aquele que dialoga com as dores e as identidades do presente.

O saldo pragmático: Repertório para o vestibular e segurança emocional

Além da formação cidadã, o Cursinho Popular Helley Batista possui um objetivo pragmático incontornável: a aprovação nos exames de acesso ao ensino superior. Os dados do questionário demonstram que a experiência estética converteu-se diretamente em munição acadêmica. Ao responderem se sentiram que as visitas contribuíram para ampliar seu repertório cultural e sua visão de mundo, 17 alunos cravaram "sim, totalmente", e 3 afirmaram "um pouco". Esse alargamento de horizontes é o exato capital exigido pelas provas de Ciências Humanas e pela redação do ENEM, que

pressupõem uma leitura de mundo interdisciplinar e crítica.

Essa percepção é consciente por parte dos próprios estudantes. Na pergunta direta sobre a crença de que esse tipo de atividade contribui para a formação educacional, inclusive para o vestibular, 19 alunos responderam "sim, bastante", com apenas um indicando "em partes".

A visita técnica supriu, em um único dia, lacunas estruturais que a educação bancária falhou em preencher durante anos. O contato com o acervo legitimado pelo Estado confere aos alunos a segurança argumentativa necessária para estruturar teses, realizar intertextualidades e defender pontos de vista em processos seletivos altamente competitivos.

Considerações empíricas sobre a permanência e o futuro

A eficácia da pedagogia do cuidado e da intervenção não formal atinge seu clímax nas projeções futuras dos estudantes. As duas últimas questões do instrumento de pesquisa coroam o relato de experiência: 100% dos 20 alunos afirmaram que gostariam de participar de outras visitas culturais organizadas pelo cursinho e, de igual modo, 100% recomendariam a atividade para outros estudantes. A unanimidade não é apenas uma métrica de satisfação; é a prova material de que a aversão inicial aos espaços hegemônicos foi substituída pelo desejo de reocupá-los.

O saldo desta análise revela que a luta contra a evasão e a exclusão educacional em cursinhos populares não se resolve apenas com apostilas densas ou cargas horárias exaustivas. A democratização real do ensino superior exige que devolvamos à juventude marginalizada o direito de sonhar e de pertencer. Ao romper a barreira do MASP, o Cursinho Helley Batista não entregou apenas conteúdo de prova; entregou aos seus estudantes a certeza visceral de que eles são dignos de ocupar a Avenida Paulista, o museu e, conseqüentemente, os bancos das universidades públicas mais concorridas do país.

Considerações finais

A experiência do Cursinho Popular Helley Batista evidencia que a democratização real do acesso ao ensino superior transcende a simples oferta de aulas conteudistas, exigindo a formulação de políticas efetivas de permanência. O combate à exclusão educacional demanda ações estruturadas que enfrentem frontalmente as barreiras materiais e o esgotamento físico e mental intrínsecos à rotina do estudante-trabalhador. A evasão, devidamente compreendida como uma "expulsão silenciosa", só pode ser mitigada por meio de uma gestão pedagógica fundamentada na cultura do cuidado e do acolhimento, capaz de valorizar as vivências, a autonomia e a identidade dos educandos.

Nesse sentido, a visita técnica ao Museu de Arte de São Paulo (MASP) provou-se uma estratégia metodológica de alto impacto para o letramento emancipatório e para a imediata ruptura da exclusão simbólica. Ao ocupar um dos maiores e mais restritos centros de arte hegemônica do país, os jovens periféricos desconstruíram o sentimento de inadequação historicamente imposto pela estrutura de classes e ressignificaram o espaço museológico. Os dados empíricos revelaram de forma unânime que a apropriação desse capital cultural negado gerou não apenas o repertório crítico exigido pelos exames vestibulares, mas fomentou o pertencimento, a segurança emocional e o engajamento contínuo.

Conclui-se que a educação popular e a museologia social, quando articuladas de maneira orgânica, formam uma trincheira vital contra a reprodução sistemática das desigualdades. O museu, ao ser destituído de sua aura intocável e elitista, converte-se em um território vivo de diálogo, resistência e afirmação social. Ao promover essa descolonização do olhar e dos espaços de poder, as iniciativas de extensão universitária devolvem à juventude marginalizada o protagonismo de suas próprias trajetórias, comprovando que o letramento cidadão é a ferramenta mais profícua para o enfrentamento da subalternidade.

Por fim, a sustentabilidade e o êxito de ações afirmativas dessa magnitude demonstram que o compromisso da universidade requer uma articulação gerencial e metodológica rigorosa. A

transformação concreta da realidade periférica exige que os projetos de extensão operem com eficiência organizacional nos bastidores para, na linha de frente, viabilizarem a permanência estudantil. O Cursinho Helley Batista reafirma seu papel não apenas como um movimento de resistência teórica, mas como uma engrenagem prática de inclusão, garantindo que o direito à cultura, à cidade e à universidade pública seja plenamente exercido e conquistado pelas classes populares.

Referências:

ARROYO, Miguel González. O direito à educação e a nova segregação social e racial: tempos insatisfatórios? Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 15-47, jul./set. 2015.

ARROYO, Miguel González. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARROYO, Miguel González. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CASTRO, Cloves Alexandre de. Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CHAGAS, Mário. O direito ao museu e o direito à memória: poética e política. Revista M., Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 32-51, 2018.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

CORDEIRO, Tatiane Oliveira de Assumpção. Memória, patrimônio e museologia: a importância das dimensões sociais. Revista Espacialidades, Natal, v. 18, n. 2, p. 253-265, 2022. DOI: 10.21680/1984-817X.2022v18n2ID28227. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/28227>. Acesso em: 10 jul. 2026.

CURY, Marília Xavier. Museologia, decolonialidade e museus: uma abordagem reflexiva e prática. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, e1, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal na pedagogia social. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, e0202970, 2019.

McMANUS, Paulette; MARANDINO, Martha (org.). *Educação em museus: pesquisas e prática*. São Paulo: FEUSP, 2003.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54-69, 2009. Disponível em: <https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/46>. Acesso em: 10 jun. 2026

NAVARRO, Óscar; TSAGARAKI, Christina. *Museos en la crisis: una visión desde la museología crítica*. San José, Costa Rica: Instituto Latinoamericano de Museos (ILAM), Universidad Nacional de Costa Rica, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer. In: ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 15-38.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

VAN ZANTEN, Agnès. *A escolha da escola e a reprodução das desigualdades sociais*. Cadernos de

Pesquisa, São Paulo, 2009.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Da invenção do vestibular aos desafios dos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 289-297, jul./dez. 2010.

